

UMA DISCUSSÃO SOBRE FONTES MOBILIZADAS NA CONSTRUÇÃO DE UM CENÁRIO DA FORMAÇÃO MATEMÁTICA DE PROFESSORES EM UMA ESCOLA NORMAL

Ana Carolina Ribas dos Reis
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
anacaryl.ribas@hotmail.com

Luzia Aparecida de Souza
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
luzia.souza@ufms.br

Resumo:

Este artigo trata do recorte de uma pesquisa de mestrado em desenvolvimento e discute, especificamente, as fontes mobilizadas na investigação. A pesquisa tem como objetivo construir um cenário, trazendo à tona especificidades da formação matemática, de uma Escola Normal que funcionou na cidade de Campo Grande (MS), à época pertencente ao estado de Mato Grosso: a Escola Normal Joaquim Murtinho. Para a criação desse cenário adotou-se como metodologia de pesquisa qualitativa a História Oral, cuja principal característica é a criação intencional de fontes a partir de situações de entrevistas. No caso específico desta pesquisa, as entrevistas foram realizadas com ex-alunas e ex-professoras da instituição estudada. A escolha da metodologia deu-se por essa possibilitar uma maior aproximação dos significados atribuídos pelos entrevistados à realidade por eles vivida. Adotar essa metodologia implica assumir que os estudos historiográficos são criações, versões plausíveis construídas a partir de vestígios do passado encontrados no presente.

Palavras-chave: Escola Normal; História Oral; Fontes.

1. Introdução

Este texto tem como objetivo apresentar um recorte de uma pesquisa de mestrado, em desenvolvimento, e as diferentes fontes mobilizadas na investigação. A pesquisa em questão visa criar um cenário da Escola Normal Joaquim Murtinho, evidenciando especificidades da formação matemática oferecida na instituição.

As Escolas Normais começaram a ser implantadas no Brasil no início do século XIX. Este modelo de formação de professores estava em expansão na Europa à época e surgiu como um caminho para suprir a necessidade de professores para o Ensino Primário¹, que deveria expandir-se e estender-se à população de modo geral. Até a década de 1940

¹ Equivalente aos anos iniciais do Ensino Fundamental.

essa modalidade de formação de professores não era regida por uma legislação nacional, o que veio a ocorrer somente em 1946, com a Lei Orgânica do Ensino Normal². Até então cada estado brasileiro era responsável pelos cursos primários e pelo Ensino Normal em sua região, o que possibilitou a estruturação de cursos com duração e currículos variados. Além disso, percebe-se que, muitas vezes, tanto a implantação quanto as reformas nessas escolas foram realizadas com poucos recursos financeiros e em caráter emergencial, com o objetivo de solucionar problemas imediatos da educação, como, neste caso, suprir a escassez de professores. A exemplo dessa "emergencialidade" temos o caso do estado de São Paulo que, devido à necessidade de professores e a falta de dinheiro para investir na criação de novas Escolas Normais, tomou a seguinte medida: os Cursos Primários complementares e os Ginásios poderiam formar professores desde que realizassem prática de ensino na Escola Modelo por um período de um ano (ALMEIDA, 1995). Também na Conferência Interestadual de Ensino Primário, realizada em 1921³, onde foram discutidas questões relacionadas à regulamentação dos Ensinos Primário e Normal por representantes dos estados e do Governo Federal, aparece certa preocupação com gastos e com a necessidade de formar professores em um curto período de tempo, o que é evidenciado na fala do Dr. Victor Vianna, um dos representantes do Governo Federal no evento:

Nas Escolas Normas fundadas pelo Conselho Federal precisamos obter o maximo de eficiencia com o minimo de tempo, e de dispendio. O minimo de tempo, porque não podemos esperar que fórmem em muitos annos os novos professores; de dispendio, porque durante muito tempo as verbas serão deficientes em relação ás necessidades⁴. (CONFERÊNCIA INTERESTADUAL DO ENSINO PRIMÁRIO, 1922, p. 156-157).

Nossa pesquisa, no entanto, restringe-se a uma Escola Normal específica, a Escola Normal Joaquim Murinho, criada na cidade de Campo Grande em 1930⁵. Cabe ressaltar que nesse período Mato Grosso e Mato Grosso do Sul ainda formavam um estado único e, dessa forma, a cidade pertencia à região sul do estado de Mato Grosso. À época da implantação da Escola Normal Campo Grande destacava-se pelo crescimento e desenvolvimento impulsionados pela criação da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil⁶,

² Decreto-Lei nº 8.530 de 2 de Janeiro de 1946.

³ A Conferência interestadual do Ensino Primário foi realizada no Rio de Janeiro, capital do Brasil na época. Estiveram presentes nesse evento representantes do Governo Federal e dos estados brasileiros.

⁴ Citação idêntica ao trecho original.

⁵ Neste mesmo ano foi implantada também a Escola Normal Dom Bosco, instituição particular que não será tratada neste texto.

⁶ A Estrada de Ferro Noroeste do Brasil ligava o estado de São Paulo à região sul de Mato Grosso.

inaugurada em 1914, passando a atrair diversos imigrantes não só para Campo Grande, mas para a região sul do estado de Mato Grosso de modo geral. Dessa forma, a implantação de Escolas Normais em Campo Grande atenderia à demanda de professores para atuar no Ensino Primário, uma vez que havia no estado, até 1930, apenas um curso oficial de formação de professores primários, a Escola Normal de Cuiabá, para atender 190 instituições de ensino primário divididas em Grupos Escolares, Escolas Reunidas e Escolas Isoladas⁷ (TOLEDO, 1930).

Pode-se dividir o funcionamento das Escolas Normais em Campo Grande em duas fases: a primeira compreende o período de 1931 a 1937, sendo desativada posteriormente (a última turma formou-se em 1940); e a segunda fase de 1948, quando foi reativada oficialmente sob os moldes da Lei Orgânica do Ensino Normal, até meados da década de 1970. Na época da reabertura faltavam professores para atuar no ensino primário e, dessa forma, os alunos da Escola Normal conseguiam emprego antes mesmo de terem se formado. Apesar de sobraarem vagas nas escolas, a instabilidade política colocava à prova os cargos das professoras. Os partidos UDN e PTB/PSD⁸ se revezavam no poder e, quando um assumia, os funcionários nomeados pelo partido anterior eram demitidos. Nesse sentido, o concurso para o cargo deu segurança aos professores para permanecerem em seus empregos (ROSA, 1990).

Por ter sido a única Escola Normal pública em Campo Grande, essa pesquisa visa, além de caracterizar a formação oferecida nessa instituição específica, a busca por uma compreensão do papel que a Escola Normal Joaquim Murtinho representou, de modo geral, na história do nosso estado e, também, a digitalização e disponibilização de documentos, visando contribuir com o trabalho de outros pesquisadores. Este estudo está inserido em um projeto maior, financiado pelo CNPq⁹, do Grupo História da Educação Matemática em Pesquisa (HEMEP)¹⁰, que busca mapear a formação de professores que ensinam matemática no estado de Mato Grosso do Sul.

⁸ União Democrática Nacional (UDN), Partido Social Democrático (PSD) e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

⁹ Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

¹⁰ O Grupo História da Educação Matemática em Pesquisa, criado em 2011, desenvolve trabalhos nas seguintes linhas de pesquisa: aspectos históricos do ensino e da aprendizagem de matemática, história da formação de professores que ensinam matemática, e história oral e narrativa.

2. Fundamentação teórica e procedimentos de pesquisa: uma articulação necessária

O estudo do qual este texto trata vale-se da História Oral como metodologia de pesquisa qualitativa, cuja principal característica é a criação intencional de fontes a partir de situações de entrevistas (GARNICA, 2005; SOUZA, 2006; DELGADO, 2006). Entendemos metodologia como uma articulação entre fundamentação teórica e procedimentos de pesquisa e, nesse caso específico, fundamentação ligada a perspectivas historiográficas e a princípios éticos voltados à criação intencional de fontes. Os procedimentos¹¹ específicos da História Oral envolvem o mapeamento e contato de possíveis interlocutores, elaboração de um roteiro de entrevista, gravação da entrevista, transcrição e textualização.

Adotar essa metodologia implica assumir a impossibilidade de reconstruir "A" História, de ter acesso a eventos do passado, à forma como "realmente" aconteceram. As fontes também deixam de se apresentar verdadeiras por si só, livres de vieses e interpretações. Elas são vistas como registros produzidos com certa intencionalidade (irrecuperável) que não falam ao menos quando são interrogadas (BLOCH, 2001) e, dessa forma, tanto as fontes escritas e pictográficas, quanto as orais, são passíveis das mesmas críticas.

Entendemos o estudo historiográfico como a construção de uma versão plausível a partir de fontes que, ao serem mobilizadas, tornam-se documentos e respondem às questões formuladas, no presente, por aqueles que as estuda, os quais “[...] são influenciados pelas representações e demandas do tempo em que vivem e, a partir dessas representações e demandas, voltam seus olhos para o vivido, reinterpretando-o [...]” (DELGADO, 2006, p. 34), construindo um cenário possível a partir de vestígios. Nesse sentido, a historiografia seria múltipla e interminável, pois não se constitui, também, como um conjunto de versões históricas, mas de um movimento criador dessas versões. Além de as questões serem feitas pelo pesquisador no presente, a análise de eventos do passado também é influenciada pelo tempo.

Em relação à dinâmica histórica, compartilhamos da ideia de Delgado (2006), segundo a qual

“Os movimentos da História são múltiplos e se traduzem por mudanças lentas ou abruptas, por conservação de ordens sociais, políticas e econômicas e também por reações às transformações. Na maior parte das vezes, esses processos, contraditórios entre si, acontecem

¹¹ Esses procedimentos serão esclarecidos mais à frente.

simultaneamente e se integram a uma mesma dinâmica histórica. São diferentes lados de uma mesma moeda, ou faces plurais de um cristal lapidado[...]” (p. 15).

Podemos concluir, assim, que toda organização do passado é efêmera, que todo marco central pode ser descentralizado e que a História é fluxo. E, quanto à escolha das fontes, nenhum acontecimento histórico possui “[...] uma documentação consagrada que não possa ser substituída por outra ou mesmo é constituído de um conjunto de eventos que não possam ser substituídos por outros [...]” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2007, p.156), estando sujeita ao olhar do próprio historiador e ao tipo de história que ele quer escrever.

Construir versões históricas, segundo Schmitt (2005), requer analisar vários pontos de vista acerca do objeto de estudo e, partindo do pressuposto de que um documento apresenta várias possibilidades de análise (um documento responde às questões formuladas por quem o investiga), quanto mais documentos o pesquisador mobilizar para o seu estudo, mais legitimadas estarão as versões históricas criadas.

Quanto aos documentos pessoais, esses foram legitimados na pesquisa científica com a virada hermenêutica: os sujeitos, suas experiências e o próprio mundo passaram a serem vistos como textos construídos na leitura singular de cada um. As narrativas foram ganhando espaço em pesquisas desenvolvidas na área de Educação Matemática que se utilizam da História Oral como metodologia, estudos nos quais os relatos dos sujeitos caracterizam-se como fontes fundamentais no processo investigativo. Embora existam outras metodologias que utilizem entrevistas, a escolha da História Oral deu-se por essa permitir uma maior aproximação dos significados atribuídos pelos interlocutores à realidade por eles vivida. Além disso, a História Oral “[...] contribui para relativizar conceitos e pressupostos que tendem a universalizar e generalizar as experiências humanas” (DELGADO, 2006, p. 18).

Para a ideia de narrativa usada neste trabalho, partimos da perspectiva de Bolívar, Domingo e Fernández (2001) de que a narrativa é um relato produzido a partir de experiências pessoais. As narrativas têm se mostrado relevantes nas pesquisas em Educação e Educação Matemática por permitirem entender, por exemplo, a maneira como reformas educacionais são incorporadas por pessoas do meio escolar e o modo como professores se apropriam dos métodos de ensino, elementos muitas vezes não evidenciados pelos documentos oficiais e documentos arquivados nas escolas (BOLÍVAR, DOMINGO, FERNÁNDEZ, 2001; SILVA, SOUZA, 2007).

Muitos estudos voltados à História da Educação Matemática têm se valido de diversas fontes como jornais, cadernos de alunos, livros didáticos, fotografias, documentos oficiais, pessoais e escolares, além de entrevistas com quem fez parte do cenário escolar, como alunos, professores e diretores. No nosso caso, a investigação foi orientada pela busca e análise de fontes relevantes à compreensão de propostas pedagógicas, do objetivo do ensino de matemática no Curso Normal, da metodologia empregada neste ensino, dos livros adotados e da relação entre o que era ensinado e a prática desses professores no ensino primário.

3. Das fontes encontradas

A pesquisa sobre a Escola Normal Joaquim Murinho fundamenta-se, além das entrevistas, por fotografias, jornais, revistas, documentos oficiais, pessoais e criados pela Escola Normal Joaquim Murinho.

Documentos produzidos por esta instituição estão sob responsabilidade da Escola Estadual Joaquim Murinho. Com a autorização do diretor dessa escola, Lucilio Souza Nobre, para o acesso ao acervo da escola, iniciaram-se as buscas por documentos que tratassem dessa Escola Normal. Os materiais estavam dispostos em caixas em uma sala pequena e com pouca luminosidade. Como a sala havia sido dedetizada, muitos documentos, de diferentes cursos e períodos, estavam misturados, sendo necessário abrir caixa por caixa para visualizar o teor de cada livro.

Depois de examinar todas as caixas, encontramos dezenove registros, em condições de uso, referentes ao tema da pesquisa. Alguns materiais não puderam ser aproveitados devido ao mau estado de preservação em que se encontravam. As imagens a seguir indicam um pouco das condições, ao menos as visuais, nas quais desenvolvemos a busca e um exemplo de um livro que não pode ser aproveitado.

Figura 1. Acervo da Escola Estadual Joaquim Murтинho e Livro de ponto



Devido à situação do acervo, uma autorização foi pedida ao diretor para que esse material pudesse ser levado à Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, onde seriam feitas a higienização e digitalização. No entanto, essa ação foi negada por conta da postura inadequada de pesquisadores que, antes de nós, passaram pela escola. Assim, os materiais encontrados foram organizados, digitalizados no próprio acervo e gravados em um DVD que foi entregue à Escola Estadual Joaquim Murтинho, com o objetivo de preservar o conteúdo dos livros encontrados e facilitar seu acesso por parte de outros pesquisadores. Seguem, no quadro abaixo, os materiais organizados e digitalizados.

Quadro 1. Documentos encontrados no acervo da Escola Estadual Joaquim Murтинho

Quantidade	documentos	período
1	cadastro de funcionários e professores	1968-1975
2	atas de exames trimestrais e finais	1931-1940
1	livro de matrículas	1931-1935
8	livro de ponto	1953-1956, 1963-1968, 1970-1973
2	livro de portarias	1934-1945, 1952-1955
1	registro de correspondências expedidas	1954-1958
3	registro de diplomas	1952-1974
1	registro de licenças, nomeações e portarias	1934-1938

No livro de cadastro de funcionários e professores são apresentadas informações como nome completo, naturalidade, data de nascimento, filiação, cargo, endereço, estado civil, título de eleitor e telefone. Em alguns cadastros constam também o registro de professores no Ministério da Educação e Cultura e cursos realizados por eles. Dentre os

cursos especificados no cadastro estão os da CADES¹², Letras, Pedagogia, Filosofia, Educação Física, História e Ciências. Não há registro da instituição onde esses cursos eram realizados.

Já no livro de exames trimestrais e finais encontram-se informações como atas de abertura e encerramento de exames escritos e de inscrições para exames de admissão à Escola Normal, o nome e o número de alunos matriculados em cada série, as disciplinas, notas dos alunos e a duração do curso.

O livro de matrículas traz informações como a data em que os alunos foram matriculados, nome completo, naturalidade, data de nascimento e nome do pai. É possível obter informações referentes ao número de alunos matriculados por ano, em cada série, se havia alunos de ambos os sexos (neste caso havia a predominância do público feminino no Curso Normal), e a faixa etária dos alunos matriculados, que variava entre 13 e 19 anos até a década de 1940.

A frequência de funcionários e professores é encontrada no livro de ponto. A partir desse material é possível encontrar o nome de alguns professores, as disciplinas que ministravam e o nome de demais funcionários. Podem ser visualizadas também informações sobre as disciplinas, a frequência com que eram dadas durante a semana e a duração do curso.

No livro de portarias são apresentados registros de nomeação de funcionários; regulamento da Instrução Pública do estado; convocação de professores para reuniões sobre a realização de exames, reuniões de congregação, registro de suspensão de alunos; convite para encerramento do ano letivo e para colação de grau; um convite para exposição de trabalhos e desenhos (abertos à visitação pública); e pedido do certificado de quitação com o serviço militar (professor). Há também a relação de livros que deveriam ser adotados durante determinado ano letivo. Os autores citados nessa relação são José Cretella Júnior (Português), Algacyr Monhoz Maeder (Matemática), Aroldo de Azevedo (Geografia Geral e do Brasil), Joaquim Silva (História Geral e do Brasil), Theobaldo Miranda Santos (Psicologia, Pedagogia, Didática e Prática de Ensino), Paulo Décourt (Anatomia e Ciências), Almeida Junior (Anatomia), Delgado de Carvalho (Fundamentos Sociais de Educação), Aristides Ricardo e Waldemar de Piza (Puericultura), Rafael Rotondaro (Desenho), Assis Ribeiro (Canto), Augusto R. Rainha e José A. Gonçalves (Francês), Izabel de Almeida Serrano (Economia Doméstica), Bertha Schwetter (Trabalhos

¹² Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário.

Manuais), Antonio D’Avila (Práticas Escolares), Aristides Ricardo (Biologia Aplicada à Educação), Luiz A. P. Vitoria (Francês), Clóvis Leite Ribeiro, Felipe Jorge José Lourenço e Walter Wey (Língua Portuguesa), Olavo Freire (Desenho), Aida Costa (Português – Curso Normal), Carlos Costa (Anatomia e Fisiologia Humanas e Noções de Higiene), Rafael Grisi (Didática), Valdemar de Oliveira (Higiene e Puericultura), Guerino Casasanta (Psicologia Educacional), Maria Junqueira Smith (Francês), Amélia Kerr (Inglês), e Coleção de Livros Didáticos F.T.D. (Elementos de Aritmética). Cabe ressaltar que esses livros apresentam-se como os adotados, no entanto, ainda não temos indícios de que eles realmente foram mobilizados pelos professores.

No livro de registro de diplomas contêm o nome dos concluintes com as notas de aprovação em todos os anos do curso especificados, a data de nascimento, naturalidade e o nome do pai. A partir de 1970, o diploma passou a ter, também, o registro do nome da mãe dos alunos e não são apresentadas as notas finais. Os alunos terminavam o Curso Normal com idade entre 17 e 41 anos de idade, sendo que concluintes com idade acima de 30 passou a ser mais frequente a partir da década de 1960. Entre os formados havia alunos naturais de Mato Grosso, São Paulo, Pernambuco, Rio de Janeiro, Bahia, Minas Gerais, Santa Catarina, Goiás, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Alagoas, Sergipe, Paraná e Paraíba.

Encontramos no livro de registro de correspondências expedidas informações como entrega de relatórios da Escola Normal ao Diretor do Departamento de Educação de Mato Grosso; atestados de conclusão de curso e de matrícula; solicitação feita por professores pedindo exoneração e demissão; licença de funcionários (sem explicitar os motivos); e atestado de nomeação de professores, de pedido de salário e providências para determinadas situações, como a falta de óleo para gerar energia elétrica, alagamento devido à chuva e falta de programas para uniformização das nossas Escolas Normais do estado de Mato Grosso.

Nos documentos sobre licenças, nomeações e portarias encontram-se nomes de professores nomeados, interinos ou efetivos, tanto para lecionar na Escola Normal quanto no Curso Complementar. Constam também nomeações de secretários, diretor, amanuenses¹³, inspetores, auxiliar de diretor, porteiros, transferência de funcionário,

¹³ Escrevente, funcionário de repartição pública encarregado de fazer cópias e registros de alguma correspondência oficial.

registro de valores a serem pagos pelos selos das correspondências bem como o registro de licença de funcionários, sem o motivo especificado.

Além desses documentos produzidos pela Escola Normal Joaquim Murtinho mobilizamos, também, fotografias (doadas por ex-alunas), decretos e leis estaduais. Encontramos no Arquivo Histórico de Campo Grande/MS (ARCA) uma revista¹⁴ que trata da educação e instrução em Mato Grosso e alguns jornais¹⁵ que apresentam matérias sobre o cenário nacional da educação em determinadas épocas; convite para a formatura de concluintes do Curso Normal; inauguração de prédios escolares; edital de concursos para professores do Ensino Primário; situação do ensino no sul de Mato Grosso e, em particular, em Campo Grande; dados estatísticos de Campo Grande; a profissão de professor do Ensino Primário; descontentamento dos professores com a orientação da Delegacia Regional do Ensino; solicitação, por parte de professores, do não fechamento Escola Normal; incentivo do ensino profissionalizante por parte do MEC; necessidades de mudança no magistério; e edital de concurso para professores para a Escola Normal Joaquim Murtinho. Cabe ressaltar que apresentamos aqui as fontes encontradas até o momento, o que não significa que mobilizaremos apenas estas.

4. Da criação de fontes

A partir de um mapeamento de nomes de alunos, professores e diretores da Escola Normal Joaquim Murtinho realizado no acervo, começamos a procurar, via internet, possíveis interlocutores para a pesquisa. Encontramos algumas dificuldades para encontrar colaboradores, por se tratar de pessoas mais idosas, muitas já tinham falecido ou estavam com a saúde debilitada. Além disso, muitos dos nomes encontrados nos documentos eram de moças solteiras¹⁶ e algumas pessoas já não residem mais no estado.

O roteiro de apoio para as entrevistas foi elaborado à luz de questões tidas como relevantes à compreensão da temática desta pesquisa, a Escola Normal Joaquim Murtinho e, em particular, a formação matemática. Essas questões envolvem, por exemplo, a formação e profissão das entrevistadas, a escolha pela formação na Escola Normal Joaquim Murtinho, o ambiente escolar, os professores, alunos e a relação entre eles, as

¹⁴ Revista do professor Mato-Grossense (Dez/1966).

¹⁵ Jornal do Comércio (27/08/1950, 24/12/1950, 15/09/1953, 11/12/1953, 22/02/1960), Folha da Serra (Dez/1931, 26/08/1936, Set/1937, Set/1940) e Correio do Estado (07/05/1955, 24/05/1955, 17/10/1955, 17/11/1955, 11 e 12/01/1974, 16/02/1974, 06 e 07/07/1974 e 31/07/1974).

¹⁶ Esse foi um dificultador nas buscas porque muitos não correspondem aos nomes atuais em virtude do matrimônio.

disciplinas estudadas, os livros adotados, a influência política na educação, as avaliações e as aulas práticas.

As questões geradoras, com pontos específicos a serem tratados e a escolha das questões deu-se a partir da leitura de documentos e de literatura sobre o tema. Algumas questões foram alteradas e outras acrescentadas após a primeira entrevista. Apesar de termos elaborado dois roteiros, um para alunos e outro para professores, os dois roteiros são bem semelhantes, tendo como diferença alguns pontos mais específicos como formação mínima para lecionar no Curso Normal e cursos de aperfeiçoamento. Foram realizadas cinco entrevistas para a pesquisa, três com ex-alunas, com uma professora de Matemática e outra com uma professora de Didática.

Durante a gravação das entrevistas buscamos tomar alguns cuidados técnicos para que não houvesse interferência na gravação, como a escolha de um local sem presença de barulho, interrupção de terceiros e a posição do gravador, que deve estar próximo ao entrevistado e em um lugar fixo, evitando, dessa forma, atritos que possam prejudicar o áudio. As gravações são fontes orais que, após a autorização dos interlocutores, serão disponibilizadas na página do Grupo HEMEP para que possam ser utilizadas por outros pesquisadores também.

Após as entrevistas, passamos aos momentos de edição: a transcrição e textualização. A transcrição enquanto processo de degavação consiste em passar para a forma escrita o que antes se apresentava apenas como oralidade (SOUZA, 2011) e exercita um cuidado de procurar registrar no papel detalhes do momento da entrevista, a ordem em que as questões foram dispostas, procurando preservar entonações, vícios de linguagem e interrupções. O exercício de transcrição é importante não só por proporcionar a divulgação de um documento escrito mais próximo do momento de entrevista, mas também por proporcionar ao pesquisador uma maior familiaridade com as ideias e entonações a orientar o movimento analítico (SOUZA, 2006) na produção da textualização.

A textualização, por sua vez, é um momento de exercício analítico (como dito acima) em que é construída uma narrativa mais fluente, com a edição da transcrição, reorganizando as ideias e retirando as pausas e vícios excessivos, permitindo uma maior clareza do que foi dito pelo entrevistado. É uma narrativa escrita em primeira pessoa, uma produção que se espera conjunta entre pesquisador e entrevistado, no sentido de que um legitima a leitura do outro. Mais recentemente, Souza (2011) identificaria a textualização como uma produção em co-autoria.

Quanto à forma da textualização, podemos optar por preservar questões feitas pelo pesquisador no corpo do texto, ou incorporar as questões nas respostas do entrevistado, gerando uma narrativa contínua. Neste trabalho adotamos a segunda opção por julgarmos ser possível uma maior intervenção do pesquisador ao articular as ideias na produção de um texto fluente e, com isso, uma maior intervenção do entrevistado no sentido de legitimar ou não essa articulação. Além disso, essa opção não necessariamente exclui a possibilidade de indicar ao leitor as questões que foram feitas no momento da entrevista. Ao escolher essa opção, em acordo com Souza (2006), devemos tomar o cuidado de não omitir informações obtidas com o direcionamento das perguntas. A fim de tentar explicitar esses direcionamentos, foram incorporadas, na textualização, expressões como “quando você me pergunta”, “sobre o que você me perguntou”, enfatizando que o entrevistado só respondeu a uma determinada questão porque ela era diretiva.

Depois de realizadas a transcrição e a textualização, as entrevistadas conferiram os textos, fazendo alterações como complementação, ocultação, correção e reconhecimento da sua fala no texto. As maiores alterações foram relacionadas à escrita e organização dos parágrafos, sugeridas pelas interlocutoras. Poucas informações foram adicionadas por elas no texto e duas entrevistadas optaram ainda por retirar alguns trechos, o que não comprometeu as informações dadas por elas. Feitas as intervenções, as entrevistadas autorizaram, por meio de uma carta de cessão, a utilização desse material para fins acadêmicos. Em acordo com Souza (2006), esse momento reforça a ideia de que o cuidado ético perpassa o processo investigativo, não sendo tomado somente após a análise das informações obtidas, visto que “[...] é direito do entrevistado ocultar informações já ditas no momento da gravação ou acrescentá-las quando julgar necessário [...]” (p. 96).

5. Algumas considerações

Neste texto apresentamos um recorte de uma pesquisa de mestrado, mais especificamente no que se refere às fontes mobilizadas, que tem como objetivo construir um cenário da Escola Normal Joaquim Murтинho, mais especificamente sobre a formação matemática oferecida na instituição.

As buscas por fontes e a realização de entrevistas estão em fase de finalização e para a análise nos propomos a construir uma análise narrativa. Embora estejamos iniciando as leituras sobre esse tipo de análise, entendemos a narrativa como uma trama argumentativa que revela movimentos de apropriação do próprio pesquisador e busca fugir

à generalização, estruturando-se em torno daquilo que pode ser narrado sobre o tema da investigação após/durante o exercício do pesquisador em compreender não só esses movimentos, mas também o que, neles, se apresenta como singular.

6. Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. **História: a arte de inventar o passado.** Ensaios de teoria da história. 1. ed. Bauru: EDUSC, 2007. 254 p.

ALMEIDA, J. S. de. Currículos da Escola Normal Paulista (1846-1920): Revendo uma Trajetória. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v.76, n.184, p. 665-689, set/dez 1995.

BLOCH, M. **Apologia da História ou o Ofício do Historiador.** Tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. 159 p.

BOLÍVAR, A.; DOMINGO, J.; FERNÁNDEZ, M. **La investigación biográfico-narrativa em educación: enfoque y metodología.** Madrid, La Muralla, 2001. 323 p.

CONFERÊNCIA INTERESTADUAL DO ENSINO PRIMÁRIO, 1922, Rio de Janeiro, **Anais**, Rio de Janeiro: Editora O Norte, p. 119-202, 1922. (Arquivo Geral da cidade do Rio de Janeiro). Disponível em <www.seer.ufrgs.br>. Acesso em: ago. 2012.

DELGADO, L. de A. N. **História oral: memória, tempos, identidades.** Belo Horizonte: Autêntica, 2006. 136 p.

GARNICA, A.V.M. **A História Oral como recurso para a pesquisa em Educação Matemática: um estudo do caso brasileiro.** 2005. Disponível em <www.educ.fc.ul.pt/docentes/jponte/fdm/estudos_de_caso.htm>. Acesso em: jun. 2012.

LIVRO DE ATAS DOS EXAMES FINAES DA ESCOLA NORMAL E CURSO ANNEXO, 1931-1935. Campo Grande/MS: Acervo da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Joaquim Murтинho.

LIVRO DE ATAS DOS EXAMES FINAES DA ESCOLA NORMAL E CURSO ANNEXO, 1935-1940. Campo Grande/MS: Acervo da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Joaquim Murтинho.

LIVRO de CADASTRO DOS FUNCIONÁRIOS DA ESCOLA NORMAL JOAQUIM MURTINHO, 1969. Campo Grande/MS: Acervo da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Joaquim Murтинho.

LIVRO DE MATRÍCULA DE ALUNOS DA ESCOLA NORMAL DE CAMPO GRANDE, 1931-1935. Campo Grande/MS: Acervo da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Joaquim Murтинho.

LIVRO DE PONTO DA ESCOLA NORMAL JOAQUIM MURTINHO, 1953-1955. Campo Grande/MS: Acervo da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Joaquim Murтинho.

LIVRO DE PONTO DA ESCOLA NORMAL JOAQUIM MURTINHO, 1955-1956.
Campo Grande/MS: Acervo da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Joaquim Murtinho.

LIVRO DE PONTO DA ESCOLA NORMAL JOAQUIM MURTINHO, 1963-1964.
Campo Grande/MS: Acervo da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Joaquim Murtinho.

LIVRO DE PONTO DA ESCOLA NORMAL JOAQUIM MURTINHO, 1964-1966.
Campo Grande/MS: Acervo da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Joaquim Murtinho.

LIVRO DE PONTO DA ESCOLA NORMAL JOAQUIM MURTINHO, 1967-1968.
Campo Grande/MS: Acervo da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Joaquim Murtinho.

LIVRO DE PONTO DA ESCOLA NORMAL JOAQUIM MURTINHO, 1970-1971.
Campo Grande/MS: Acervo da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Joaquim Murtinho.

LIVRO DE PONTO DA ESCOLA NORMAL JOAQUIM MURTINHO, 1971-1972.
Campo Grande/MS: Acervo da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Joaquim Murtinho.

LIVRO DE PONTO DA ESCOLA NORMAL JOAQUIM MURTINHO, 1972-1973.
Campo Grande/MS: Acervo da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Joaquim Murtinho.

LIVRO DE PORTARIA DA ESCOLA NORMAL JOAQUIM MURTINHO, 1934-1945.
Campo Grande/MS: Acervo da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Joaquim Murtinho.

LIVRO DE PORTARIA DA ESCOLA NORMAL JOAQUIM MURTINHO, 1952-1955.
Campo Grande/MS: Acervo da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Joaquim Murtinho.

LIVRO DE REGISTRO DAS CORRESPONDÊNCIAS EXPEDIDAS DA ESCOLA NORMAL JOAQUIM MURTINHO, 1954-1958. Campo Grande/MS: Acervo da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Joaquim Murtinho.

LIVRO DE REGISTRO DE DIPLOMAS DA ESCOLA NORMAL JOAQUIM MURTINHO, 1952-1968. Campo Grande/MS: Acervo da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Joaquim Murtinho.

LIVRO DE REGISTRO DE DIPLOMAS DA ESCOLA NORMAL JOAQUIM MURTINHO, 1969. Campo Grande/MS: Acervo da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Joaquim Murtinho.

LIVRO DE REGISTRO DE DIPLOMAS DA ESCOLA NORMAL JOAQUIM MURTINHO, 1970-1974. Campo Grande/MS: Acervo da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Joaquim Murtinho.

LIVRO DE REGISTRO DE LICENÇAS, DIPLOMAS E PORTARIAS DA ESCOLA NORMAL E CURSO COMPLEMENTAR, 1934-1938. Campo Grande/MS: Acervo da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Joaquim Murtinho.

ROSA, M. G. S.; **Memória da Cultura e da Educação em Mato Grosso do Sul**. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 1990. 233 p.

SCHMITT, J. C. A história dos marginais. In: LE GOFF, Jacques. **A História Nova**. Tradução: Eduardo Brandão. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 352-389.

SILVA, H. da; SOUZA, L. A. de. A História Oral na Pesquisa em Educação Matemática. In. **Boletim da Educação Matemática**. Ano 20, n. 28. Rio Claro: Unesp, Programa de Pós Graduação em Educação Matemática, 2007. p 139-162.

SOUZA, L. A. **História oral e Educação Matemática**: um estudo, um grupo, uma compreensão a partir de várias versões. 2006. 314 f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2006.

SOUZA, L. A. **Trilhas na construção de versões históricas sobre um grupo escolar**. 2011. 420 f. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2011.

TOLEDO, A. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa**. Cuiabá, MT. Typ. Oficial, 1930. Disponível em <<http://catalog.crl.edu>>. Acesso em: jan. 2013.